



*Azeredo Coutinho e o campo científico luso-
brasileiro*

Igor Dutra Baptista & Marina Galvão Prezotti

Resumo: Em 24 de dezembro de 1780, é assinado por D. Maria I o documento que institui a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, que a exemplo de outras nações europeias buscavam a promoção de um novo saber científico. As regras desses locais de produção científica refletiam o contexto social em que emergiam. Em Portugal a Academia tornou-se um local de prestígio e nobilitação. Nesse ambiente a figura de Azeredo Coutinho emerge, relacionando-se com diferentes núcleos, campos, e corroborando com realidades muitas vezes sincrônicas e diacrônicas, demandando, a partir de sua produção e trajetória, rumos distintos nas suas ações.

Palavras-chave: Academia das Ciências; Azeredo Coutinho; Utilitarismo ilustrado; Plano de Estatutos; Século XVIII.

A Europa, no período correspondente aos séculos XVI e XVII, foi palco de mudanças no que diz respeito ao seu cenário intelectual. Emerge uma nova forma de pensar e fazer ciência, possuindo características pautadas em uma relação questionadora com a natureza e seus fenômenos, assim como na racionalização e experiência. Esse novo modelo científico recebeu patrocínio dos diversos Estados, pois estes viam nessa ciência empírica a oportunidade de criar medidas voltadas para o desenvolvimento social e econômico dos seus domínios. A fim de concretizar esse novo modelo e pensamento, surgem instituições voltadas a produção de um saber científico que ia de encontro aos dogmas e crenças tradicionais que vinham sendo contestadas desde o século XV (SOARES, 2001.p.17).

Diversas nações europeias criaram academias e sociedades científica que tornaram-se locais privilegiados na organização e produção dessa “nova ciência”, elas se propunham a “investigação, promoção, aplicação e divulgação dos novos conhecimentos técnicos e científicos” (MERLO, 2015.p.52). Esses ambientes promoviam uma institucionalização e profissionalização dos novos conhecimentos, articulando-os com o contexto social em que eram produzidos. As academias atuavam como “congregações do saber”, nelas encontravam-se “homens notáveis prontos a auxiliarem os governos em questões de ciência e técnica, assim como na economia, meteorologia, solos, climas, faunas, floras, etc.” (CARVALHO, 1981.p.11).

A emergência desses ambientes voltados ao novo saber científico não esteve restrita apenas ao considerado “centro” da Europa, retratada por países como França, Inglaterra e Itália, atingiu

também os países “periféricos”, como Espanha, Portugal e Rússia (LIMA, 2009.p.8). Referindo-se ao contexto português, desde a primeira metade do século XVIII, no governo de D.João V, já existia uma busca pelo aperfeiçoamento do conhecimento e sua utilização por parte do Estado, estando isso pautado na inserção de uma ciência empírica e de uma filosofia moderna.

Seguindo com o movimento e as propostas que já vinham sendo realizados nos sucessivos governos portugueses, que buscavam um rompimento paulatino com as antigas tradições que ditavam a economia e a sociedade lusa, o reinado mariano continuou a investir na propagação de práticas científicas, abrindo escolas, fomentando publicações que tivessem o objetivo pragmático de desenvolver o reino, constituindo associações literárias e agremiações científicas (LIMA, 2009.p.39). Seu marco maior foi o financiamento da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Criada em 24 de dezembro de 1779, com apresentação pública em 4 de julho de 1780, a Academia Real das Ciências de Lisboa tinha como principais objetivos: estimular as produções científicas e transformar as reflexões provenientes desses novos saberes em objetos de grande consumo, e que estes resultassem em ações práticas no âmbito econômico e social dentro do reino. A academia fez triunfar um projeto que já vinha sendo gestado por intelectuais ligados a Universidade de Coimbra, dessa forma a união de uma elite intelectual lusa com o poder político fez perpetuar reformas vidas do governo anterior. Segundo Cardoso (1988.p.53), a academia está ligada aos projetos educacionais advindas no período pombalino, diferente de representar uma ruptura ela se

apresenta como um meio de diálogo e compartilhamento com a Universidade de Coimbra.

O surgimento da Academia Real das Ciências de Lisboa e sua institucionalização, tomou como padrão os modos de organização e produção científicas de instituições que foram pioneiras nesse processo. Nesse contexto vale ressaltar a Academia del Lincei (1603), onde Galileu foi professor; Collegium Naurae Cusiorum, em Schweinfurt, na Alemanha (1651); Accademia del Cimento, em Florença (1657); Royal Society, em Londres (1660); Académie des Sciences, em Paris (1666). Esses modelos pré-existentes eram alterados de acordo com os contextos sociais e culturais em que essas instituições emergiam, marcando assim uma diferença programática no perfil das academias. Se faz importante entender a estrutura estatutárias desses ambientes, pois suas linhas programáticas organizavam e definiam as produções da instituição, e refletiam aspectos sociais, políticos e econômicos da sociedade em que estavam inseridas.

Dessa maneira, entendemos a Academia Real, no caso luso especificamente, como um campo estruturado (BOURDIEU, 1983), hierarquizado com base na consagração, a “nobilitação” (RAMINELLI, 2005, p. 174) no caso português era mais evidente, com troféus – cristalização do poder simbólico (BOURDIEU, 1977) adquirido com base nas regras do campo – com leis próprias geridas por seus agentes. Estes agentes, por sua vez, exercem sua influência na estrutura desse campo baseado na dominância relativa a sua posição, posição esta relacionada diretamente com as publicações pela Academia e suas consequências na realidade lusa.

Visto isso, conseguimos entender melhor a lógica interna desse campo e como se comportavam seus agentes tanto nos objetivos dentro dos seus escritos, ou se relacionando com outros campos onde eles estão inseridos dentro da sua trajetória, ou, também, quando se relacionam com a consagração posterior a sua relação com a Academia.

Estes nuances de conceitos tratados até aqui permeiam este trabalho e ajudam a formar, entender e analisar a teia de interações dentro do universo aristocrático luso, do universo interno do campo científico que estava se formando e todos aqueles que, de alguma maneira, interagiam, interna ou externamente com essas publicações e seus efeitos dentro da sociedade portuguesa.

O Plano de Estatutos...: Regras do campo científico luso-brasileiro
Uma das formas que compõem essa teia do campo com a realidade tangente à ele é as regras do campo. As linhas programáticas da Academia Real das Ciências de Lisboa foram desenvolvidas em seu Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade. Aprovado em 1780 por D. Maria I no processo de criação da academia, o Plano de Estatutos... é composto de 25 incisos que determinam a forma de organização da instituição, seja ela no âmbito administrativo, dos integrantes ou das produções. O texto em sua versão inicial esclarece os motivos, os modelos e os propósitos da academia, sendo esses, respectivamente "o zelo e o amor à pátria", "à imitação de todas as nações cultas" e "a consagração à glória e felicidade pública, adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Ciências e das Artes e aumento da indústria popular" (ACADEMIA REAL DAS

SCIENCIAS DE LISBOA, 1872.p.39). As linhas iniciais confirmam a pretensão da academia de converter a reflexão científica em objeto de consumo, promovendo assim a efetivação de projetos que busquem um desenvolvimento do reino.

Após determinar as intenções da criação da academia, o Plano de Estatutos... passa a regular os ditames burocráticos da instituição, começando com sua organização. “Como a observação e o cálculo são os caminhos que conduzem mais seguramente ao conhecimento da natureza (...)” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, 1872.p.39), as produções científicas da academia foram divididas em duas classes, os que indagarão o como e o porquê dos fenômenos naturais – realizados por profissionais das áreas de Química, Meteorologia, Anatomia, Botânica e História Natural -; e os que se dedicarão as qualidades e propriedades dos objetos – ficando sob responsabilidade de profissionais da Geometria, Astronomia, Mecânica e Aritmética. Houve ainda o estabelecimento da classe de Bellas Letras, “por serem uma parte indispensável da Instrução Nacional, farão a terceira classe, a que se deverá aplicar particularmente aos vários ramos da Literatura Portuguesa” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, 1872.p.39-40).

A regulação dos sócios da academia é feita durante cinco incisos do Plano de Estatutos.... Deveriam existir doze sócios que eram eleitos entre as pessoas condecoradas com as maiores dignidades e empregos do Estado, estes eram denominados “Honorários”. A condução dos trabalhos de cada classe era realizada pelos sócios “Efetivos”, num total de vinte e quatro indivíduo, sendo oito para cada uma das três classes. No corpo de sócios existiam

também os “correspondentes”, que eram sujeitos “tanto do reino como fora d'elle, aos quaes [a academia] há de ser devedora de grande parte de seus progressos” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, 1872.p.41). Finalizando, havia os sócios “Livres ou Supranumerários”, esta ordem representava um nível superior de promoção para os sócios correspondentes e era desse grupo que eram retirados, quando necessário, os efetivos. Além disso a academia recebia sócios estrangeiros, que deveriam ser escolhidos entre os mais “insignes pelas suas letras e famosos por suas obras” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, 1872.p.41).

A divisão dos sócios em classes de caráter hierárquico, nos permite perceber que a Academia Real das Ciências de Lisboa, assim como outras sociedades de letrados da época, foi fundada sobre uma base aparentemente paradoxal, ou seja, segundo Silva (), havia a coexistência entre uma pulsão igualitária, típica das sociedades de letrados, e uma desigualdade social estruturante, característica do contexto de Antigo Regime. Todos os sócios são iguais dentro de suas categorias, no entanto, todos eles se diferem pela marca social e profissional.

Os demais incisos do Plano de Estatutos... dizem respeito aos cargos e eleições e por último acerca das assembleias. Destaca-se a existência de um presidente, um tesoureiro ou depositário, um orador, um vice-secretário e um diretor para cada classe. Entre esses cargos, os de eleição anual eram os de Presidente, Tesoureiro e Orador, sendo que, os dois primeiros deveriam ser eleitos entre os sócios efetivos ou honorários e o último podia ser sócio de qualquer ordem. Os cargos de Diretores e Secretários

tinham duração de três anos, os primeiros eram retirados dentro dos membros de cada classe, e o secretário era retirado de dentro dos sócios efetivos.

No que diz respeito às assembleias, ficou determinado que sempre no mês de Outubro a academia fará sua abertura e publicará uma lista impressa dos sócios e membros de todas as ordens, juntamente com o Programa de Prêmios e a distribuição para a leitura de Memórias. Estas eram as produções, dos mais diversos temas, realizadas pelos sócios e submetidas a instituição, depois de lidas as memórias eles passavam a pertencer a academia, e esta podia publicá-las inteiras ou em partes. No fim de julho aconteceria outra assembleia pública em que a academia instruiria o público dos seus estudos e seus progressos daquele ano, além disso teria ainda duas em cada mês: uma literária semipública para todo o Corpo Acadêmico e outra particular, composta dos sócios efetivos com o presidente e depositário. O vigésimo quinto, e último, inciso do Plano de Estatutos...deixa abertura para que vá se acrescentando aquele texto novos estatutos decorrentes de necessidades provenientes do desenvolvimento da academia e de suas experiências

Azeredo Coutinho e o perfil dos sócios da academia

As academias tornaram-se um espaço privilegiado de produção e organização do conhecimento científico, porém, para que isso ocorresse era necessário a existência de atores com disponibilidade econômica, tempo e prestígio intelectual para se dedicarem a esse empreendimento, que na maior parte das vezes não era remunerado ou apenas simbolicamente remunerados, com um status.

Analisando as personalidades que constituíram o núcleo fundados da academia, é possível identificar os grupos que estavam inseridos dentro desse campo, sendo, em média 50% desses pertencentes ao Clero, 30% Nobreza e 20% ao Terceiro Estado. Entretanto, a aplicação da taxonomia trinitária – clero, nobreza e terceiro estado – revela-se como algo problemático. Entre as catorze personalidades não temos uma delimitação trinitária, percebe-se que essa delimitação trinitária é bem fluida, existem nobres titulados, juntamente com professores acadêmicos, funcionários públicos e baixo e alto clero. A emergência de novas funções sociais, resultam na nobilitação de indivíduos, não necessariamente nobres de sangue.

A Academia Real das Ciências de Lisboa tornou-se um local privilegiado dentro da sociedade lusa, tornando-se um local de “nobilitação”. “Tornar-se sócio da Academia era equivalente ao suposto título de ‘fidalgos entre os filósofos’, ou melhor, distinção capaz de classificar e hierarquizar naturalistas, matemáticos e literatos” (RAMINELLI, 2005.p.174) dentro dos moldes do Antigo Regime. É nesse contexto que muitos estudiosos e profissionais que não possuíam títulos de nobreza galgaram altos cargos e posições sociais. Tal fato é mais visível quando se analisa o corpo de sócios correspondentes, entre os indivíduos

[...] existia uma outra nobreza, mais exterior e mais aleatória (por assim dizer), ganha por obras, correspondente ao exercício de certas funções ou ofícios da república. Os tratadistas chamam-lhe, por [...] nobreza política, pois deriva não da natureza, mas de normas de direito positivo, como os costumes da cidade. Deste tipo é a nobreza que se

adquire: a) pela ciência [...]; b) pela milícia “armada” [...]; c) pela “milícia inerme”; d) pelo exercício de certos ofícios (HESPANHA, 2006.p,136-137).

A identificação dos personagens envolvidos na criação e institucionalização inicial da Academia Real das Ciências de Lisboa, nos permite perceber que os grupos integrantes desse campo são diversificados, mas o traço de hierarquização ainda permanece. Esses espaços científicos, criam entre seus indivíduos mais que um campo de mera produção de conhecimento, eles tornam-se parte de um circuito de sociabilidade aristocrática (SILVA, 2015.p.42). É nesse ambiente que se encontra o personagem que propomos analisar.

José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), nato da província do Paraíba do Sul, de uma vila chamada São Salvador dos Campos dos Goitacás, foi bispo da diocese de Pernambuco, nomeado em 1794. Filho de família abastada na província por esse motivo teve condições de estudos, estes iniciaram no Rio de Janeiro e teve formação na Universidade de Coimbra, onde estudou filosofia, belas-artes, retórica, gramática e teologia. (HOLANDA, 1966, p. 36)

Azeredo já fazia parte, em sua formação, de movimentos em prol das Reformas Pombalinas, era conhecedor de Verney, grande influenciador das reformas propostas por Pombal no que tange a educação. Estando em Coimbra durante esse período, vivenciou a mudança de ares que era proposta e que se iniciava na universidade.

É importante salientar também sobre a educação de Azeredo Coutinho que a formação dele na Universidade de Coimbra não

foi um caminho trilhado com o único objetivo de se tornar padre, mas uma estratégia que, dentro de sua trajetória, surge com o objetivo de ceder aos interesses próprios e de linhagem familiar, porém, também se alinha com a lógica proposta pela Coroa lusa em que ele estava inserido. Estes são pontos de grande reflexo na análise proposta sobre a trajetória deste personagem no campo. Dessa maneira os pontos que devemos salientar sobre a trajetória de Azeredo Coutinho que compõem um quadro de análise são referentes: em primeiro plano ao seu compromisso fixado com a Coroa Portuguesa; em segundo plano seu compromisso com a sua família; e em terceiro plano seus interesses próprios.

Essa divisão aborda os eixos de sua trajetória no campo científico luso em um panorama de importância, do primeiro ao último plano, relacionando-se assim diretamente com as escolhas do personagem. Devemos perceber que cada ponto desse consiste em um eixo de análise que alimenta com informações e perspectivas a forma como devemos analisar suas produções, estratégias e escolhas.

O compromisso de Azeredo Coutinho com a Coroa Portuguesa dava-se pelo momento onde suas relações com a Academia Real iniciaram. Como já descrito neste trabalho a Academia tinha como propósito de criação promover a cultura para o reino, dentro da lógica que se a ciência fosse desenvolvida ao ponto de promover vantagens para a Coroa, o reino como um todo seria beneficiado. Assim o conceito de utilitarismo ilustrado surge, no bojo dessa relação de utilização dos conhecimentos desenvolvidos a partir do incentivo da Coroa.

A relação familiar de Azeredo não é evidente dentro de suas

produções, mas no estudo das suas interações antes e depois da sua temporada de estudos em Portugal e do seu início de produção para a Academia podemos perceber escolhas por linhas pragmáticas de abordagem que se aproximam e muito do ambiente onde a posição da sua família na colônia se beneficiaria. Por sua vez, os interesses pessoais de Azeredo se localizavam dentro do entrelaçado de relações entre os dois eixos, visto os resultados de suas publicações na Academia, como a posição tomada por ele na colônia como bispo, e também sua importância no cenário de publicações versadas sobre o tema “economia” em Portugal. Porém, como membro participante da Academia, Azeredo pode ser classificado dentro da perspectiva apontada por Raminelli (2002) sobre a busca de consagração por benesses de cargos no aparato monárquico.

Devemos notar que a trajetória de Azeredo Coutinho dentro da Academia tem como fonte de análise as memórias produzidas por ele com fins de publicação. E no que se refere as publicações de Azeredo ressaltamos a intenção do autor de romper paradigmas da estrutura das publicações anteriores da Academia, ao mesmo tempo que ele entrelaçava conhecimentos emergentes do seu período de escrita com conhecimentos tradicionais desenvolvidos pela sociedade científica lusa.

O que tratamos como conhecimento tradicional, no caso luso, remetem-se muito ao Antigo Regime, como por exemplo, o conceito de mercantilismo e a ideia de ser mercantilista que podemos ver traços nítidos no decorrer de algumas memórias publicadas pela Academia, como podemos constatar nesta passagem de Azeredo Coutinho: “Tudo quanto uma Nação

ganha de uma parte, diminui a potência real, e relativas das suas rivais, e reciprocamente se aumenta de tudo quanto elas perdem” (COUTINHO, 1992, p.26). Mesmo não tendo aporte para afirmar que Azeredo utiliza esses conceitos baseados nos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos por Colbert¹, podemos notar os conceitos mercantilistas impetrados no discurso do deste personagem, ao mesmo passo que se relacionam com novos saberes.

Muitos conceitos permeiam as obras de Azeredo, sejam eles de raiz tradicional, ou conhecimentos que emergiam na Europa nesse momento. Ele trazia em sua produção alguns conceitos mais evidentes como mercantilismo e fisiocracia, e alguns que podíamos notar no decorrer dos seus escritos e quando colocamos de lado a relação dessa produção com a trajetória do personagem, como por exemplo o utilitarismo ilustrado.

Azeredo Coutinho é um personagem que compõe o campo científico luso representado pela Academia Real das Ciências de Lisboa de forma ímpar aos demais participantes. O estudo da sua trajetória revela o que poderia ser uma realidade intrínseca a muitos componentes desse campo abrindo possibilidade para pesquisas com o objetivo de explorar outros personagens dessa mesma maneira. Os eixos – os dois primeiros dos três já apresentados aqui – da trajetória do personagem são também indicadores de dois campos distintos onde o personagem estava inserido, o da elite colonial e o de contribuinte de conhecimento

1. Jean-Baptiste Colbert, político francês que fomentou a estruturação de um conceito, posteriormente nomeado colbertismo, que, por sua vez, foi de grande importância para o desenvolvimento do mercantilismo e da teoria mercantilista.

para a Coroa. A existência e relação do personagem em dois campos que, em primeiro plano, tinham interesses diferentes apontavam para um balanço das ações de Azeredo de forma que harmonizasse as conquistas dos dois campos ao seu favor.

Concluimos assim que Azeredo Coutinho permite um horizonte de pesquisas vasto, pois, a relação deste personagem em campos de interesses tão distintos abre para análise esta possibilidade em outros membros de Academias de mesmo propósito dentro da Europa neste mesmo recorte. Não devemos, por sua vez, pormenorizar a importância de Azeredo Coutinho somente pelo precedente de análise dos campos e interações que ele propõe, ele foi um articulador nato que balanceou suas paixões e seus interesses (HIRSCHMAN, 2002) conquistando, a partir de ambos, consagrações para si.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. “Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade”. In: RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**, tomo II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1872.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: Ortiz, Renato (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983, p. 4
- BOURDIEU, Pierre. **Sur le pouvoir symbolique**. Annales, Paris, v.32, n.3, p.405-11, maio/jun. 1977.

- CARDOSO, José Luíz Miranda. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 1988.
- CARVALHO, R. **A actividade pedagógica da Academia de Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX**. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.p.11. Cf. MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772 – 1779”. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005. p. 40
- COUTINHO, José Joaquim da cunha de Azeredo. **Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias**. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, Volume 3, 1992, p. 26.
- HESPANHA, António Manuel. **A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime**. *Tempo* [online]. 2006, vol.11, n.21, pp.121-143.
- HIRSCHMAN, A. **As paixões e os interesses**. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Apresentação”. In: COUTINHO, **José Joaquim da Cunha Azeredo**. 1966, p.36.
- LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa: Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa - 1779/1822**. 2009. 251f. Dissertação. Universidade de Lisboa.

- MERLO, Patrícia Maria da Silva. "Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos portugueses". **Dimensões**, vol. 34, 2015.
- RAMINELLI, Ronald. **Ilustração e patronagem**: estratégias de ascensão social no Império Português. Anais de história de além-mar. - N.º 6 (2005), p. 297-325
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834)**: ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.
- SOARES, Luis Carlos. "O nascimento da ciência moderna: os caminhos da revolução científica nos séculos XVI e XVII". In: _____. **Da Revolução Científica a Big (Business) Science**. São Paulo: HUCITEC; Niterói EdUFF, 2001. p. 17-66.